



Pobreza, assunto fora da agenda

A pobreza brasileira voltou a ser manchete nos jornais esta semana com a divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas (ONU). Enquanto o governo comemorava a colocação do Brasil no 69º lugar no ranking do IDH, Nancy Birdsall, consultora especial do relatório do IDH, afirmava que apesar dos avanços neste campo, "a situação do país ainda é desconfortável".

Nancy, diplomaticamente, comentou que a má distribuição de renda impede que o Brasil apresente uma melhora substancial da qualidade de vida da sua população, hoje somando quase 170 milhões de habitantes. "Desde 1975, o Brasil teve um rendimento notável, mas não é nada magnífico. O país continua muito abaixo da sua capacidade", alertou a consultora da ONU.

Na verdade, o estudo da ONU revela que em matéria de desenvolvimento social o Brasil não é nenhum exemplo e não mudou muito, caminhando a passo de cágado. Depois de ter sido classificado como "campeão da desigualdade" no primeiro relatório do IDH, em 1990, quando recebeu uma classificação melhor que a atual, em 64º lugar no ranking, o país ainda apresenta uma expectativa de vida média de 67,5 anos, enquanto na Malásia este indicador já alcança 72,2 anos, na Venezuela, 72,7 anos e no México, 72,4 anos.

O atestado de que empacamos na área social foi dado pelo economista Marcelo Neri, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que em estudo sobre "Mapa do Fim da Fome", divulgado no mesmo dia do IDH da ONU, revelou que a pobreza no Brasil voltou a crescer, esgotados os efeitos da estabilidade econômica.

Depois de registrar uma diminuição do número de indigentes entre 1994 e 1996, sobre o impacto do fim da alta inflação, o país abriga atualmente quase 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, sobrevivendo com um teto máximo de R\$ 80 mensais. Isto corresponde a uma Argentina, Bolívia e Uruguai juntos.

Empecilho à melhora da qualidade de vida

Os números de Neri, revelam que a taxa de indigentes — hoje de 29,26% na média Brasil em relação ao número de habitantes de 169,5 milhões — chega a níveis inacreditáveis nos Estados do Norte e Nordeste, onde caciques políticos poderosos fizeram tremer a Nação nos últimos tempos.

No Maranhão, terra de ex-presidente da República José Sarney, esse percentual de indigência alcança 63,72% dos 5,6 milhões de residentes. No Piauí, 61,75% da população é miserável, ou seja, 1,7 milhões de pessoas de um total de 2,8 milhões de habitantes. Na Bahia, onde pontifica Antonio Carlos Magalhães, alcança 54,8% dos seus 13 milhões de habitantes e no Ceará, onde Tasso Jereissati tem fama de ter feito reforma social, os mais pobres dentre os pobres equivalem a 55,73% dos 7,4 milhões de cearenses. No Pará de Jader Barbalho o percentual é menor, mas ainda expressivo, de 41,75% da população local. No Pernambuco de Marco Maciel, atinge 50,95%.

Mas, mesmo com toda esta coorte de chefes políticos nada muda nestes Estados, nada muda no Brasil sobre o aspecto da desigualdade de renda. O que impressiona Neri é a falta de vontade política das elites de acabar com este estado de exclusão. Ele defende a criação de metas sociais para o Brasil, como temos metas de inflação compromissadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Os governos se comprometem com a trajetória futura de indicadores sociais palpáveis da mesma forma que o governo federal faz em relação às metas inflacionárias. Nenhum partido político ou governo, se convenceu ainda da importância de se estabelecer compromissos de performance social com a sociedade", denuncia o economista.

Nos seus cálculos, o custo da erradicação da miséria brasileira corresponde a R\$ 1,76 bilhão/mês ou 3,96% da renda familiar. Bem abaixo dos R\$ 23 bilhões injetados nos bancos no Programa de Fortalecimento e Apoio a Fusões no Sistema Bancário (Proer), criado pelo governo Fernando Henrique.

Até o momento, a pobreza é um assunto bissexto na agenda dos candidatos a presidente para 2002. Nenhum partido, como criticou Neri, se preocupou até agora em por o dedo na maior ferida nacional. Precisou de uma consultora da ONU chamar a atenção do país para suas próprias mazelas sociais.

Vera Saavedra Durão é repórter especial no Rio

E-mail: vera.durao@valor.com.br